

COMO A ECONOMIA DIGITAL CONTRIBUI PARA O DESAFIO DAS MPES DO ACESSO A RECURSOS?



Giovanni Bevilaqua

Em 2020, o mundo foi impactado pela pandemia da Covid-19. Os efeitos sobre a atividade econômica no Brasil, a exemplo dos observados em outras economias por onde o vírus passou, foram brutais. Levaram a uma grande redução no nível de faturamento e afetaram todos os segmentos de negócios, sobretudo os pequenos negócios que, no Brasil, compreendem o conjunto de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Juntos, correspondem à quase totalidade de empreendimentos formais no país, são responsáveis por cerca de 30% do Produto Interno Bruto e são mais vulneráveis às condições macroeconômicas que empresas de maior porte.

No início da pandemia, a queda média de faturamento desses negócios no país chegou a cerca de 70%, o que levou muitos empreendedores a tentarem obter financiamento no mercado de crédito nacional em busca de manter seus negócios. Entre os meses de março e julho de 2020, cerca de 54% dos pequenos negócios buscaram crédito, entretanto, aproximadamente somente 21% deles conseguiram obtê-lo¹. O percentual de sucesso nessa busca foi somente de 11%, percentual que foi se elevando à medida que os efeitos sobre a economia da COVID-19 foram sendo conhecidos e as empresas se adaptando ao cenário e refazendo seus planejamentos e atuações. Tais adaptações se deram com a maior inserção das empresas no ambiente virtual, acelerando a transformação digital e buscando formas não presenciais de obtenção de receitas ao longo dos meses entre abril e julho, além da adequação aos protocolos de segurança para as reaberturas de seus negócios.



O acesso ao crédito tornou-se um grande obstáculo tanto para a manutenção dos negócios quanto para uma retomada mais vigorosa das atividades das empresas. Apesar dos grandes esforços despendidos e da criação dos diversos programas governamentais de liberação de recursos, oferta de garantias e criação de linhas de crédito emergenciais para os pequenos negócios, foi recorrente o incômodo com a dificuldade que os pequenos negócios tiveram nesse período em obterem esses recursos no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os principais motivos identificados para que os pequenos negócios não tenham tido sucesso nessa busca por crédito foi a negativação dos CPF e CNPJ e a falta de garantias, evidenciando muito claramente que, mesmo em um período emergencial, os critérios utilizados pelas instituições financeiras não foram alterados. Muito pelo contrário, uma vez que a COVID-19 lançou sobre a economia brasileira um manto espesso de incertezas, exacerbou-se a percepção de risco por parte dessas instituições sobre os pequenos negócios.

Entretanto, os problemas de acesso a financiamento, de uma forma geral, e do acesso ao crédito, em particular para os pequenos negócios, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, não surgiram com a pandemia do coronavírus. Tem raízes anteriores que se tornaram mais evidentes durante esse período e que, em uma das lições da pandemia, podem agora ser positivamente endereçados em combinação com as oportunidades surgidas com a aceleração da transformação digital da economia brasileira.

Devemos recordar que a forma mais conhecida de financiamento de pequenos negócios no Brasil é a realizada pelo Sistema Financeiro Nacional, através do mercado de crédito, por meio de empréstimos comerciais de bancos, cooperativas e outras instituições financeiras. Como qualquer financiamento, essa forma apresenta vantagens e desvantagens para os agentes econômicos.

Entre as vantagens, podem ser elencadas: (i) as empresas não estão limitadas a um único tipo de empréstimo, uma vez que há modalidades ou linhas de crédito com características próprias que podem ser melhor adequadas para cada empresa ou necessidade; (ii) o uso dos recursos obtidos não está limitado a quaisquer despesas relacionadas aos negócios, dando assim maior flexibilidade ao empresário na alocação dos recursos; (iii) não envolve perda de patrimônio por parte dos empresários, uma vez que o credor, no caso as instituições financeiras, espera simplesmente o retorno dos recursos adicionados de juros e não participação societária nas empresas, com todas as consequências advindas disso.



Entretanto, a participação no mercado de crédito também acarreta algumas desvantagens para as empresas que podem, grosso modo, ser atribuídas a problemas informacionais no mercado de crédito relacionados às características dos pequenos negócios e aos riscos associados ao seu financiamento, que não são ignorados pelas instituições financeiras que compõem o Sistema Financeiro Nacional.

Além de menor divulgação ao público em geral, as informações financeiras relatadas pelos pequenos negócios têm, geralmente, menor probabilidade de serem padronizadas em um formato que esteja em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido aos recursos limitados, essas empresas, geralmente, não podem contratar profissionais financeiros para preparar seus documentos financeiros ou empresas de contabilidade para auditar suas declarações financeiras. Como consequência, mesmo quando as empresas concordam em fornecer seus documentos, pouca informação pode ser realmente usada pelas instituições financeiras quando elas tomam decisões de financiamento em relação a essas empresas.

Como são empresas menores, a quantidade de ativos que elas podem usar como garantia para empréstimos bancários é tipicamente menor. Quando comparados com os valores de financiamento solicitados pela maioria dos pequenos negócios, as garantias que elas possuem geralmente não são adequadas para atender aos requisitos de garantia da maioria dos grandes bancos.

Outro problema enfrentado pelos pequenos negócios é que eles normalmente não possuem registros de crédito adequados. No entanto, os registros de crédito e o histórico de crédito dos mutuários são o que os bancos comerciais geralmente usam como ponto de referência crítico ao tomar decisões de financiamento. Como muitas dessas empresas não têm histórico de captar empréstimos de bancos, devido às dificuldades em obtê-los, geralmente são rejeitadas para empréstimos bancários devido à falta de histórico de crédito. Isso cria o que aparentemente é um ciclo vicioso. Se um pequeno negócio não tiver histórico de crédito adequado, não poderá obter crédito; mas se não puder obter crédito, é quase ciclicamente proibido de conseguir um empréstimo.



Dado o risco inerente associado ao financiamento das MPE, faltam as economias de escala necessárias como incentivo para as instituições financeiras. Do ponto de vista dos bancos comerciais, independentemente do tamanho da empresa que solicita empréstimos, o banco precisa fazer pelo menos a mesma quantidade de esforço e procedimento para liberar a empresa para empréstimos, como análises de aplicativos, avaliação de crédito, análise, investigação no local e liberação final de fundos, todos com alto consumo de tempo e recursos. Dado o tamanho relativamente menor dos empréstimos para MPE, em comparação com os solicitados por grandes empresas, é difícil para os bancos alcançar as mesmas economias de escala ao emprestar aos pequenos negócios.

Essas dificuldades refletem-se na atuação efetiva do mercado de crédito nacional para os pequenos negócios no Brasil, tanto no acesso ao crédito propriamente dito quanto em relação às características de seus principais indicadores, como quantidades de operações de crédito, valores de concessão e taxas de juros das operações. Uma breve observação desses indicadores é suficiente para uma melhor compreensão do mercado de crédito nacional e como os pequenos negócios se mostram em situações mais desfavoráveis que empresas de médio e grande portes.

A Tabela1 mostra a proporção da concessão de crédito para pessoas jurídicas no Brasil entre 2012 e 2020.

Pode-se observar que a participação dos pequenos negócios na concessão de crédito é somente de cerca de 20% do total.

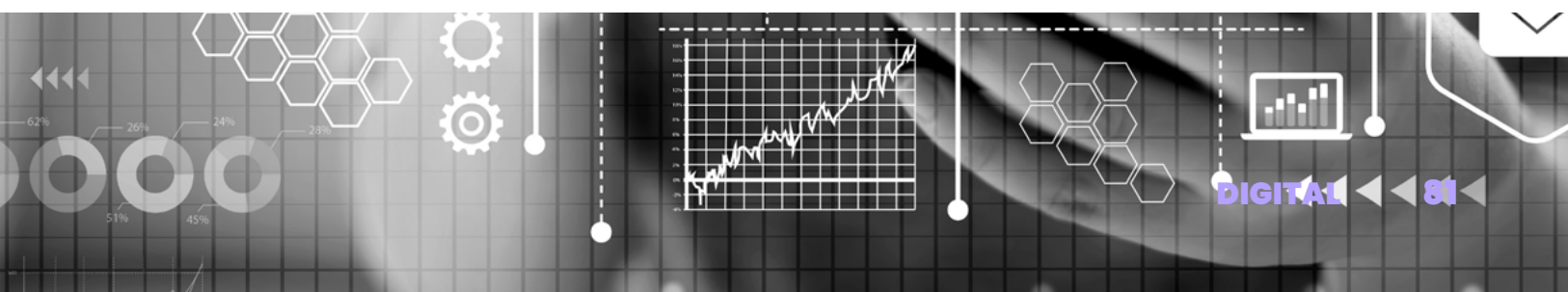
TABELA 1

CONCESSAO DE CREDITO POR PORTE DE EMPRESAS - % POR PORTE

Porte	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Média (2012 - 2020)
Grande + Médio	78,9	79,3	78,9	80,2	81,1	81,4	81,7	79,9	78,7	80,0
Pequenos Negócios (MEI +	21,1	20,7	21,1	19,8	18,9	18,6	18,3	20,1	21,3	20,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Sebrae Nacional



Além de escasso, o crédito para os pequenos negócios é bem mais caro, refletindo a percepção de risco mencionada acima, conforme pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2

TAXA MEDIA* DE JUROS POR PORTE - % AO ANO

Porte	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Grande + Médio	13,8	13,0	12,5	14,0	15,9	14,9	12,9	12,8	9,7
Pequenos Negócios (ME, Micro, EPP)	30,8	27,3	27,7	36,0	45,2	46,9	44,1	42,4	30,9
Total*	17,4	16,0	15,7	18,3	21,4	20,8	18,7	18,7	14,1

*média ponderada pela concessão

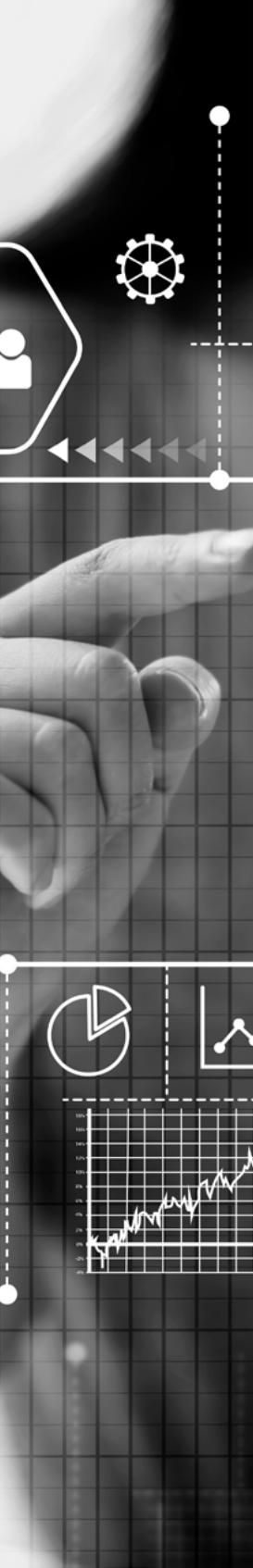
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: UCSF - Sebrae NA

Os dados mostram que as instituições financeiras não atuam como meros intermediários entre poupadores e tomadores de recursos, mas como ativos alocadores de recursos, escolhendo a combinação mais eficiente de retorno e risco sobre os recursos sob sua gestão. Tal postura torna a visão, ainda muito difundida, do acesso ao crédito dependente exclusivamente da disponibilidade de garantias, difícil de ser defendida no atual estágio de desenvolvimento do sistema financeiro. As garantias são importantes mitigadores de risco, obviamente, mas ficou também claro que há um limite para a sua atuação, pois o que determina em última instância a concessão de crédito é a avaliação de risco e como essas operações se conformam dentro das estratégias de alocação de recursos por parte das instituições financeiras.

Dessa forma, o que os dados mostram e que o período da pandemia tornou mais evidente é que o sistema vigente de classificação de riscos é, essencialmente, um sistema de classificação de garantias e não um sistema de classificação de bons e promissores negócios. Essa diferença não é nada trivial e tem o potencial de impactar na concessão de crédito para os pequenos negócios de forma tal que eles possam obter recursos para o financiamento do seu desenvolvimento com consequente aumento do desenvolvimento econômico do país.

É nesse ponto que os recentes avanços na chamada economia digital podem ser benéficos para o acesso ao financiamento de empresas, inclusive na sua forma creditícia. A maior disponibilidade e a rapidez de processamento de informações sobre as empresas atacam diretamente o principal problema no acesso ao financiamento, que é a assimetria de informações.



A própria avaliação de risco das operações de crédito está passando por um processo de evolução que compreende a utilização de novas informações sobre os potenciais tomadores de crédito. Há, hoje, com a grande quantidade de dados disponíveis, maior poder computacional e a utilização de ferramentas advindas dos desenvolvimentos de inteligência artificial, diversos novos algoritmos de classificação e avaliação de risco alternativos que utilizam características dos tomadores, como, por exemplo, indicadores de qualificação e capacitação, que antes não eram consideradas e adequadamente mensuradas, permitindo assim reduzir a mencionada assimetria de informações entre credores e tomadores de recursos.

Pelo lado da oferta de recursos, deve-se destacar os esforços empreendidos pelo Banco Central do Brasil em estimular a descentralização do mercado de crédito com o advento do Cadastro Positivo e por meio das autorizações para a criação de fintechs, Sociedades de Crédito Direto (SCD) e Sociedades de Empréstimo entre Pessoas (SEP), pelo reforço do cooperativismo de crédito, pela criação do sistema de pagamentos instantâneos PIX, que pode contribuir para uma melhor gestão financeira dos pequenos negócios com a entrada imediata de recursos em caixa, e o compartilhamento de informações com o open banking e sua evolução já prevista, o open finance, que irão permitir que mais e melhores informações sobre os tomadores de crédito e suas movimentações financeiras e de investimentos. Tudo isso propiciará às instituições financeiras um conhecimento de melhor qualidade sobre os clientes e assim customizar seus serviços e produtos, inclusive de crédito, de acordo com as necessidades das empresas.

Além das inovações mencionadas, deve-se salientar que o desenvolvimento da economia digital está permitindo a própria criação de instituições financeiras, em destaque as *fintechs*. Elas já nascem totalmente digitais, com menores custos operacionais, processos de abertura e manutenção de contas mais simples, alcance nacional e novos modelos de conhecimentos dos clientes e classificação de risco que permitem, inclusive, que as operações possam ser realizadas com taxas de juros menores e atuando tanto na prestação de serviços quanto na oferta de crédito para empresas que não eram atendidas pelas instituições financeiras tradicionais. Maior digitalização de processos levará a maior conhecimento dos tomadores de crédito e seus negócios e tudo isso tende a reduzir custos e riscos e propiciar um fluxo de crédito maior para as empresas.

Os empreendedores devem ficar atentos a essa evolução do mercado de crédito e nesses novos tempos da chamada era da informação. Com a maior presença da economia digital surge diante de nós a possibilidade para a criação de mecanismos alternativos de avaliação de riscos e, em consequência, a oportunidade para que o financiamento dos pequenos negócios seja ampliado não somente para a sua forma de crédito. Abre-se espaço também para a forma de investimentos, como é realizado já há muitos anos em outros países por meio de investidores-anjo, fundos de investimentos, etc., que foram responsáveis em todo o mundo não só pelo surgimento, mas pelo crescimento de grandes empresas, sobretudo nas áreas mais inovadoras.

Destaca-se que o provisionamento eficiente de crédito tem um efeito positivo e significativo na produção e nas oportunidades de emprego, enquanto um baixo nível de desenvolvimento financeiro e seu concomitante ineficiente privado sistema de crédito setorial distorce o crescimento econômico.

Um forte e inclusivo sistema financeiro e a disponibilidade de fundos investíveis desempenham papéis vitais no financiamento de projetos e atividades econômicas que promovam a economia, o crescimento e o desenvolvimento. Isso ocorre porque o acesso a financiamento, seja por meio do mercado de crédito ou do mercado de investimentos, aumenta a capacidade produtiva das empresas e seu potencial de crescimento. Um setor financeiro vibrante, dinâmico, funcionando bem e agora sendo impulsionado pelas vantagens tecnológicas promovidas pelos desenvolvimentos da economia digital lidera uma série de melhores resultados econômicos.





Giovanni Bevilaqua

Doutor em Economia pela Universidade de Brasília - UnB com ênfase em Macroeconomia, Econometria e Desenvolvimento Econômico. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Ceará (2000) com ênfase em Administração Financeira e Finanças Corporativas e mestrado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (2011), com ênfase em Finanças Empíricas e Métodos Quantitativos Aplicados. Entre 2015 e 2017 integrou a equipe da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda como Analista da Coordenação de Energia e depois como Coordenador de Monitoramento da Política Fiscal. Atualmente é Analista Técnico do Sebrae Nacional atuando nas áreas de pesquisas e financiamentos de pequenos negócios". CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7064228418516433>

NOTAS E REFERÊNCIAS

1 <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios-6a-edicao-do-sebrae-agosto-2020>. Acesso 17/10/2021.

BEVILÁQUA, G.; Luiz, A. (2021). Financiando pequenos negócios no Brasil. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/financiando-pequenos-neg%C3%B3cios-brasil-giovanni-bevil%C3%A1qua-dsc/>

BEVILÁQUA, G. (2021). Pequenos negócios: financiamento e desenvolvimento econômico. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/pequenos-neg%C3%B3cios-financiamento-e-desenvolvimento-bevil%C3%A1qua-dsc/>

DEMIRGUC-KUNT, A.; LEVINE R. (2008). Finance, Financial Sector Policies and Long- Run Growth. World Bank Policy Research Working Paper, N. 4469.

LEVINE, R. (1997). Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. Journal of Economic Literature 35: 688-726.

SEBRAE. Pesquisa de impacto da pandemia do Coronavírus sobre os pequenos negócios, 12 edições. Disponíveis em: <https://datasebrae.com.br/covid/>